



Tribunal de Justiça
Estado do Rio de Janeiro

CONCURSO PÚBLICO

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROVA DE CONHECIMENTOS TEÓRICOS

CARGO
**AUXILIAR
JUDICIÁRIO**

INSTRUÇÕES

Você receberá do fiscal: um **caderno de questões**
e um **cartão de respostas** personalizado.

O **caderno de questões** está numerado seqüencialmente e contém 60 (sessenta) questões.

ATENÇÃO!

- Ao ser autorizado o início da prova, verifique se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
- Verifique se os seus dados estão corretos.
- Leia atentamente cada questão e assinale, no **cartão de respostas**, a alternativa que mais adequadamente a responde.
- Observe as seguintes recomendações relativas ao **cartão de respostas**:
O **cartão de respostas** não deve ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
A maneira correta de assinalar a alternativa no **cartão de respostas** é cobrir fortemente, com caneta esferográfica preta ou azul, o espaço a ela correspondente, conforme o exemplo a seguir:



Outras formas de marcação diferentes da que foi determinada implicarão a rejeição do **cartão de respostas** pela leitora ótica.

A leitora ótica também NÃO registrará questões sem marcação, marcação pouco nítida ou com mais de uma alternativa assinalada.

- Se você precisar de algum esclarecimento, solicite a presença do **responsável pelo local**.
- Você dispõe de quatro horas para fazer esta prova, inclusive a marcação do **cartão de respostas**.
- Faça-a com tranquilidade, mas **controle o seu tempo**.
- Nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorrida uma hora do seu início.
- Somente será permitido levar seu **caderno de questões** faltando uma hora para o término da mesma.
- Os três últimos candidatos da mesma sala só poderão ser liberados juntos.
- Após o término da prova, entregue ao fiscal o **cartão de respostas** devidamente **assinado**.

BOA SORTE!

Divulgação do Gabarito

Data: 25.09.2001

Local: D.O. RJ

Internet : <http://www.nce.ufrj.br>

Interposição de Recursos

Período: 26 e 27.09.2001

Local : NCE

REALIZAÇÃO



NÚCLEO DE COMPUTAÇÃO ELETRÔNICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO – VIVER EM SOCIEDADE

Dalmo de Abreu Dallari

A sociedade humana é um conjunto de pessoas ligadas pela necessidade de se ajudarem umas às outras, a fim de que possam garantir a continuidade da vida e satisfazer seus interesses e desejos.

Sem vida em sociedade, as pessoas não conseguiriam sobreviver, pois o ser humano, durante muito tempo, necessita de outros para conseguir alimentação e abrigo. E no mundo moderno, com a grande maioria das pessoas morando na cidade, com hábitos que tornam necessários muitos bens produzidos pela indústria, não há quem não necessite dos outros muitas vezes por dia.

Mas as necessidades dos seres humanos não são apenas de ordem material, como os alimentos, a roupa, a moradia, os meios de transporte e os cuidados de saúde. Elas são também de ordem espiritual e psicológica. Toda pessoa humana necessita de afeto, precisa amar e sentir-se amada, quer sempre que alguém lhe dê atenção e que todos a respeitem. Além disso, todo ser humano tem suas crenças, tem sua fé em alguma coisa, que é a base de suas esperanças.

Os seres humanos não vivem juntos, não vivem em sociedade, apenas porque escolhem esse modo de vida, mas porque a vida em sociedade é uma necessidade da natureza humana. Assim, por exemplo, se dependesse apenas da vontade, seria possível uma pessoa muito rica isolar-se em algum lugar, onde tivesse armazenado grande quantidade de alimentos. Mas essa pessoa estaria, em pouco tempo, sentindo falta de companhia, sofrendo a tristeza da solidão, precisando de alguém com quem falar e trocar idéias, necessitada de dar e receber afeto. E muito provavelmente ficaria louca se continuasse sozinha por muito tempo.

Mas, justamente porque vivendo em sociedade é que a pessoa humana pode satisfazer suas necessidades, é preciso que a sociedade seja organizada de tal modo que sirva, realmente, para esse fim. E não basta que a vida social permita apenas a satisfação de algumas necessidades da pessoa humana ou de todas as necessidades de apenas algumas pessoas. A sociedade organizada com justiça é aquela em que se procura fazer com que todas as pessoas possam satisfazer todas as suas necessidades, é aquela em que todos, desde o momento em que nascem, têm as mesmas oportunidades, aquela em que os benefícios e encargos são repartidos igualmente entre todos.

Para que essa repartição se faça com justiça, é preciso que todos procurem conhecer seus direitos e exijam que eles sejam respeitados, como também devem conhecer e cumprir seus deveres e suas responsabilidades sociais.

1 - Segundo o primeiro parágrafo do texto:

- a) as pessoas se ajudam mutuamente a fim de formarem uma sociedade;
- b) a garantia da continuidade da vida é dada pela satisfação dos desejos das pessoas;
- c) a satisfação dos interesses e desejos das pessoas leva à vida em sociedade;
- d) não seria possível a sobrevivência se não existisse sociedade;
- e) sem a ajuda mútua, as pessoas levariam uma vida isenta de desejos.

2 - No primeiro parágrafo do texto, se substituirmos a locução “a fim de que” por “a fim de”, a forma verbal seguinte deveria ser:

- a) poderem garantir;
- b) poder garantirem;
- c) poder garantir;
- d) poderem garantirem;
- e) possam garantir.

3 - “...com hábitos que tornam necessários muitos bens produzidos pela indústria,...”; o comentário adequado à estrutura desse segmento do texto é:

- a) a forma “necessários” poderia ser substituída, de modo correto, por “necessário”;
- b) o pronome “que” refere-se a “hábitos” e é sujeito do verbo seguinte;
- c) “pela indústria” representa o paciente da ação verbal;
- d) o pronome indefinido “muitos” concorda com “produzidos”;
- e) o verbo “tornar” está no plural porque concorda com o sujeito “bens”.

4 - Algumas preposições são empregadas de forma obrigatória devido à presença de termos anteriores que as exigem; o item abaixo em que a preposição destacada está nesse caso é:

- a) um conjunto DE pessoas;
- b) necessidade DE se ajudarem;
- c) os meios DE transportes;
- d) a base DE suas esperanças;
- e) grande quantidade DE alimentos.

5 - “...necessidade de se ajudarem umas às outras,...”; o acento grave indicativo da crase, neste caso, é resultante da:

- a) presença simultânea de uma preposição e de um artigo definido feminino;
- b) necessidade de se indicar a presença de um complemento diferente do anterior;
- c) combinação de uma preposição com um pronome indefinido;
- d) contração de uma preposição com um pronome demonstrativo;
- e) obrigação de evitar-se a ambigüidade.

6 - Vocábulo que iniciam parágrafos como “mas”(3º §), “para que” (6º §) colaboram para que se mantenha no texto:

- a) a coerência argumentativa;
- b) a coesão formal;
- c) a argumentação lógica;
- d) a organização narrativa;
- e) a estruturação enunciativa.

7 - “...pois o ser humano, durante muito tempo, necessita de outros para conseguir alimentação e abrigo.”; a expressão “durante muito tempo” se refere certamente ao período:

- a) da velhice;
- b) da gravidez;
- c) de doenças;
- d) da infância;
- e) do trabalho.

8 - “E no mundo moderno, com a grande maioria das pessoas morando na cidade, com hábitos que tornam necessários muitos bens produzidos pela indústria, não há quem não necessite dos outros muitas vezes por dia.”; o item cuja substituição pelo termo proposto em maiúsculas é **inadequada** é:

- a) no mundo moderno = MODERNAMENTE;
- b) produzidos pela indústria = INDUSTRIALIZADOS;
- c) muitas vezes = FREQUENTEMENTE;
- d) por dia = DIARIAMENTE;
- e) na cidade = URBANAMENTE.

9 - “Mas as necessidades dos seres humanos não são apenas de ordem material...”; a presença do segmento “não são apenas de ordem material” indica que, na continuidade do texto, haverá:

- a) um termo de valor aditivo e pertencente a uma outra ordem;
- b) um termo de valor adversativo e pertencente a uma ordem diferente da citada;
- c) um termo de valor explicativo e pertencente à mesma ordem já referida;
- d) um termo de valor concessivo e pertencente a uma ordem diversa;
- e) um termo de valor conclusivo e pertencente à ordem citada anteriormente.

10 - “Elas são também de ordem espiritual e psicológica.”; as palavras que exemplificam, respectivamente, na continuidade do texto as necessidades espiritual e psicológica, são:

- a) afeto / atenção;
- b) crenças / afeto;
- c) fé / crenças;
- d) amar / ser amada;
- e) atenção / esperanças.

11 - “...quer sempre que alguém lhe dê atenção e que todos a respeitem.”; transformando a última oração em forma nominal, temos como forma adequada:

- a) (quer) que seja respeitada por todos;
- b) (quer) que haja respeito por parte de todos;
- c) (quer) respeito de todos;
- d) (quer) que se respeite a todos;
- e) (quer) que todos sejam respeitados.

12 - “Os seres humanos não vivem juntos, não vivem em sociedade, apenas porque escolhem esse modo de vida,...”; este segmento do texto teria redação mais clara se:

- a) substituíssemos a primeira vírgula pela conjunção aditiva E;
- b) repetíssemos o sujeito na segunda oração;
- c) deslocássemos as ocorrências do advérbio “não” para antes de “apenas”;
- d) mudássemos a ordem das orações, de modo a colocar a última como primeira;
- e) omitíssemos o substantivo “seres”.

13 - “...a vida em sociedade é uma necessidade da natureza humana.”; reescrevendo-se este segmento do texto com a manutenção de seu sentido original, temos como forma adequada:

- a) a natureza humana necessita da vida em sociedade;
- b) a vida em sociedade necessita da natureza humana;
- c) a necessidade da natureza humana é uma vida em sociedade;
- d) uma necessidade da natureza humana é a vida em sociedade;
- e) a natureza humana é necessária à vida em sociedade.

14 - “Mas essa pessoa estaria, em pouco tempo, sentindo falta de companhia,...”; o uso do futuro do pretérito, nesse segmento, tem valor de:

- a) probabilidade;
- b) certeza;
- c) dúvida;
- d) conclusão;
- e) condição.

15 - “...sofrendo a tristeza da solidão,...”; isso significa que:

- a) a tristeza é semelhante à solidão;
- b) a solidão provoca tristeza;
- c) a tristeza leva à solidão;
- d) a solidão é fruto da tristeza;
- e) a tristeza causa solidão.

16 - "...necessidade de DAR e RECEBER afeto."; a estrutura de relação semântica entre os termos em maiúsculas se repete em:

- a) necessidade de COMPRAR e ALUGAR residências;
- b) necessidade de COMER e BEBER em horas certas;
- c) necessidade de ENTRAR e PARTIR freqüentemente;
- d) necessidade de VER e OUVIR bem;
- e) necessidade de ABRIR e CERRAR os olhos.

17 - "...ficaria louca se continuasse sozinha." ; a relação entre essas duas orações mostra que:

- a) a segunda só se realiza se a primeira não realizar-se;
- b) a primeira se realiza contanto que a segunda não se realize;
- c) a segunda é conseqüência da primeira;
- d) a primeira é motivada pela segunda;
- e) a primeira é uma hipótese para a realização da segunda.

18 - "E não basta que a vida social permita apenas a satisfação de algumas necessidades da pessoa humana ou de todas as necessidades de apenas algumas pessoas."; com o segmento sublinhado, o autor do texto:

- a) alude à discriminação racial;
- b) refere-se à falta de disciplina social;
- c) indica a existência de desigualdades sociais;
- d) mostra a justa distribuição de renda no Brasil;
- e) critica a falta de preocupação com a solidariedade.

19 - "...todos procurem conhecer seus direitos e exijam que eles sejam respeitados,..."; se reescrevermos as orações sublinhadas, conservando-se as vozes verbais, teríamos como resposta adequada:

- a) todos procurem conhecer seus direitos e exijam serem respeitados;
- b) todos procurem conhecer seus direitos e exijam ser respeitados;
- c) todos procuram conhecer seus direitos e exijam respeitá-los;
- d) todos procurem que se conheçam os direitos e exijam que eles sejam respeitados;
- e) todos procurem que conheçam seus direitos e exijam que eles se respeitem.

20 - "...têm as mesmas oportunidades,..."; a forma verbal correta do verbo TER (ou de um verbo composto de TER) é:

- a) As pessoas se entretêm em sociedade;
- b) A liberdade não se mantém para sempre;
- c) Todos se mantem de forma disciplinada;
- d) Ele não se conteve de tão contente;
- e) Ela se mantia afastada de todos.

21 - São órgãos do Poder Judiciário do Estado, entre outros:

- a) o Tribunal de Contas, a Assembléia Legislativa e os Juizes de Direito;
- b) o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça e os Juizes de Direito;
- c) o Tribunal de Justiça, os Juizes de Direito e os Conselhos da Justiça Militar;
- d) o Tribunal de Justiça e a Assembléia Legislativa;
- e) a Assembléia Legislativa e os Juizes de Direito.

22 - Para efeito de administração da justiça, fazem parte da divisão do território do Estado:

- a) as regiões judiciárias, as comarcas, os distritos e as zonas judiciárias;
- b) os municípios, as cidades e as comarcas;
- c) as regiões judiciárias, as cidades, os municípios e os distritos;
- d) as regiões judiciárias, as comarcas, os municípios e as zonas judiciárias;
- e) as comarcas e as cidades.

23 - O presidente do Tribunal de Justiça, os três vice-presidentes e o Corregedor- Geral da Justiça são eleitos:

- a) pela maioria absoluta dos juizes de direito;
- b) pela maioria dos desembargadores do Tribunal de Justiça;
- c) pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça;
- d) pelos vinte e cinco desembargadores mais antigos do Tribunal de Justiça;
- e) pelos desembargadores aposentados há menos de cinco anos.

24 - O Conselho da Magistratura é integrado:

- a) pelo governador do Estado e pelos prefeitos municipais;
- b) pelo presidente do Tribunal de Justiça, pelo governador do Estado e pelo presidente da Assembléia Legislativa;
- c) pelo presidente, pelos vice-presidentes, pelo Corregedor-Geral e por cinco desembargadores do Tribunal de Justiça;
- d) pelo presidente e pelo Corregedor Geral de Justiça, assim como pelo governador do Estado;
- e) pelos juizes de direito.

25 - São atribuições próprias do Corregedor-Geral de Justiça, EXCETO:

- a) conhecer de representação contra serventuários e funcionários da justiça de primeira instância ou de sua própria secretaria;
- b) verificar, determinando a providência cabível, se os serventuários e funcionários cumprem seus deveres;
- c) praticar todos os atos relativos à posse, matrícula, concessão de férias e licença dos funcionários da primeira instância;
- d) designar funcionários para as serventias em que devam ter exercício;
- e) conceder, exceto na comarca da capital, licença por motivo de saúde até sessenta dias, e férias a serventuários e funcionários subordinados a juízo de primeira instância.

26 - A Justiça de Primeira Instância é formada pelos seguintes órgãos, entre outros:

- a) Desembargadores e Juízes de Direito;
- b) Desembargadores e Tribunais do Júri;
- c) Tribunais do Júri e Juízes de Direito;
- d) Órgão Especial e Juízes de Direito;
- e) Órgão Especial e Desembargadores.

27 - NÃO é atribuição dos juízes de direito:

- a) processar e julgar os feitos da competência de seu juízo;
- b) cumprir determinações dos tribunais e autoridades judiciárias superiores;
- c) apurar as faltas e aplicar as penas disciplinares da sua competência aos servidores que lhes sejam subordinados;
- d) visitar anualmente, em correição ordinária, pelo menos três comarcas;
- e) solicitar a transferência ou a remoção de serventuário ou funcionário, bem como pronunciar-se sobre a lotação de qualquer deles em seu juízo.

28 - NÃO é da competência dos juízes de direito em matéria de família, processar e julgar:

- a) as causas de nulidade e anulação de casamento;
- b) as ações de investigação de paternidade;
- c) as ações concernentes ao regime de bens do casamento;
- d) as causas de nulidade e anulação de testamento;
- e) as ações de alimentos fundadas em direito de família.

29 - NÃO está entre os atos de incumbência dos escrivães:

- a) processar os feitos que lhes forem distribuídos;
- b) registrar, na íntegra e em livro especial, as sentenças;
- c) prestar às partes interessadas, advogados e representantes, informações verbais do estado e andamento dos feitos;
- d) extrair formais de partilha;
- e) homologar acordos formulados pelas partes.

30 - A elaboração de contas e cálculos nos processos é incumbência dos:

- a) avaliadores judiciais;
- b) contadores;
- c) escreventes;
- d) partidores;
- e) escrivães.

31 - É incumbência dos oficiais de justiça:

- a) a guarda e conservação dos bens penhorados, arrestados, seqüestrados e apreendidos;
- b) organizar as partilhas judiciais;
- c) funcionar como curador especial;
- d) exercer as funções de curador do interdito;
- e) fazer, pessoalmente, as citações e diligências ordenadas pelos juízes perante os quais servirem.

32 - Entre os deveres do funcionário público civil, NÃO se inclui:

- a) a discricção;
- b) providenciar para que esteja sempre em ordem, no assentamento individual, sua declaração de família;
- c) zelar pela economia e conservação do material que lhe for confiado;
- d) aceitar todas as delegações de seus superiores;
- e) levar ao conhecimento de autoridade superior irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ou função.

33 - Pelo exercício irregular de sua atribuições, o funcionário responde:

- a) apenas civilmente;
- b) apenas penalmente;
- c) apenas administrativamente;
- d) apenas penal e administrativamente;
- e) civil, penal e administrativamente.

34 - Entre as penas disciplinares previstas para o funcionário público, NÃO está incluída:

- a) advertência;
- b) repreensão;
- c) demissão;
- d) disponibilidade;
- e) recondução compulsória.

35 - A pena de suspensão será aplicada:

- a) verbalmente em casos de negligência;
- b) por escrito em caso de negligência;
- c) por escrito em caso de desobediência;
- d) em caso de falta grave;
- e) em caso de pena de repreensão.

36 - O ato de demissão do funcionário público:

- a) mencionará sempre a causa da penalidade;
- b) somente mencionará a causa em caso de nota a bem do serviço público;
- c) somente pode ocorrer em caso de insubordinação grave em serviço;
- d) somente pode ocorrer em caso de abandono de cargo;
- e) somente pode ocorrer em caso de abandono de cargo ou insubordinação grave em serviço.

37 - A pena de demissão ou destituição de função prescreve:

- a) em dois anos;
- b) em três anos;
- c) em cinco anos;
- d) em dez anos;
- e) em vinte anos.

38 - Entre os princípios a serem observados pela administração pública de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, NÃO se inclui:

- a) legalidade;
- b) pessoalidade;
- c) publicidade;
- d) eficiência;
- e) moralidade.

39 - A acumulação remunerada de cargos públicos é:

- a) sempre vedada, independentemente de compatibilidade de horários;
- b) sempre permitida, independentemente de compatibilidade de horários;
- c) sempre permitida, dependendo apenas da compatibilidade de horários;
- d) permitida apenas em caso de compatibilidade de horários e dependendo da natureza dos cargos;
- e) permitida conforme a natureza dos cargos, independentemente da compatibilidade de horários.

40 - O servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício do mandato eletivo, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, tratando-se de mandato de:

- a) Vereador;
- b) Prefeito;
- c) Deputado Estadual;
- d) Deputado Federal;
- e) Senador.

41 - A estabilidade dos servidores, hoje nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, terá início após:

- a) cinco anos de efetivo exercício;
- b) três anos de efetivo exercício;
- c) dois anos de efetivo exercício;
- d) um ano de efetivo exercício;
- e) a investidura.

42 - Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável será:

- a) imediatamente exonerado;
- b) exonerado após dois anos de aviso prévio;
- c) colocado em disponibilidade até seu adequado aproveitamento;
- d) compulsoriamente aposentado;
- e) facultativamente aposentado.

43 - São órgãos do Poder Judiciário, EXCETO:

- a) o Supremo Tribunal Federal;
- b) o Ministério da Justiça;
- c) o Superior Tribunal de Justiça;
- d) os Tribunais Regionais Federais;
- e) os Juízes Militares.

44 - Os juízes gozam das seguintes garantias:

- a) vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio;
- b) vitaliciedade e irredutibilidade de subsídio apenas;
- c) vitaliciedade e inamovibilidade apenas;
- d) inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio apenas;
- e) vitaliciedade, inamovibilidade e cumulatividade.

45 - A servidora gestante terá direito, a contar do nascimento, a:

- a) cento e vinte dias de licença, não prorrogáveis;
- b) noventa dias de licença, não prorrogáveis;
- c) sessenta dias de licença, prorrogáveis, em caso de aleitamento, por três períodos de trinta dias;
- d) noventa dias de licença prorrogáveis, em caso de aleitamento, por três períodos de trinta dias;
- e) cento e vinte dias de licença, prorrogáveis, em caso de aleitamento, por três períodos de trinta dias.

46 - A licença-paternidade do servidor da Justiça será de:

- a) trinta dias, contados do nascimento;
- b) trinta dias, contados da internação da gestante;
- c) vinte e um dias, contados do nascimento;
- d) vinte e um dias, contados da internação da gestante;
- e) cinco dias, contados do nascimento.

47 - O servidor que adotar criança com menos de sete anos de idade:

- a) não terá direito à licença;
- b) terá direito à licença equivalente a um terço da licença maternidade ou licença paternidade;
- c) terá direito à licença equivalente à metade da licença maternidade ou licença paternidade;
- d) terá direito à licença equivalente à licença maternidade ou à licença paternidade;
- e) terá direito à licença equivalente ao dobro da licença maternidade ou licença paternidade;

48 - Entre os deveres específicos do servidor da Justiça, em geral, NÃO se inclui:

- a) trabalhar além do horário de expediente normal, até duas horas, uma vez por bimestre, a pedido do titular ou responsável pelo expediente;
- b) trajar-se de maneira compatível com a dignidade da Justiça e com o decoro público;
- c) guardar sigilo sobre processo ou diligência que deva tramitar em segredo de justiça;
- d) fiscalizar a contagem e o recolhimento de tributos e custas;
- e) exercer suas funções pessoalmente.

49 - Em caso de o Titular do cartório ausentar-se:

- a) será substituído a cada semana de ausência por um servidor diferente, de forma alternada;
- b) terá um substituto designado, mediante sua indicação, com anuência do juiz;
- c) não será substituído, ficando a cargo do juiz suas atribuições;
- d) não será substituído, ficando suspensas suas atribuições;
- e) somente será substituído após decorridos vinte e um dias.

50 - Integram o Sistema de Juizados Especiais:

- a) os Juizados Especiais de Família, os Juizados Especiais Cíveis, os Juizados Especiais Adjuntos e as Turmas Recursais Genéricas;
- b) os Juizados Especiais Criminais, os Juizados Especiais de Família, as Turmas Recursais Cíveis e os Juizados Especiais Adjuntos;
- c) os Juizados Especiais Cíveis, os Juizados Especiais Criminais, os Juizados Especiais Adjuntos Cíveis, os Juizados Especiais Adjuntos Criminais, as Turmas Recursais Cíveis e as Turmas Recursais Criminais;
- d) os Juizados Especiais Criminais, As Turmas Recursais de Família e os Juizados Especiais Adjuntos Cíveis;
- e) as Turmas Recursais de Família, as Turmas Recursais Cíveis, as Turmas Recursais Criminais, os Juizados Especiais Adjuntos e os Juizados Especiais Genéricos.

51 - Os Juizados Especiais são presididos por:

- a) Juiz de Paz;
- b) Juiz de Direito;
- c) Desembargador;
- d) Titular de Cartório;
- e) Técnico Judiciário.

52 - Entre os requisitos para exercer a função de conciliador ou árbitro, NÃO se inclui:

- a) ser bacharel em direito há mais de dez anos;
- b) residência na comarca há mais de cinco anos do recrutamento;
- c) idade superior a dezoito anos;
- d) apresentação de atestado de sanidade física e mental;
- e) idoneidade moral reconhecida.

53 - Nos juizados especiais, os atos processuais:

- a) são sigilosos e somente podem ser realizados no período diurno;
- b) são públicos e somente podem ser realizados no período diurno;
- c) são públicos e podem ser realizados no período diurno e em horário noturno;
- d) são sigilosos e podem ser realizados no período diurno e em horário noturno;
- e) somente podem ser realizados em horário noturno.

54 - Cada Turma Recursal, Cível e Criminal, será composta por:

- a) três conciliadores e três árbitros;
- b) três juízes de direito titulares e três conciliadores;
- c) três juízes de direito titulares e três árbitros;
- d) três juízes de direito titulares e três juízes suplentes;
- e) três juízes suplentes.

55 - Os conciliadores e árbitros serão recrutados:

- a) sempre por concurso público;
- b) sempre por indicação do técnico e designação do juiz;
- c) sempre por indicação do técnico e designação de qualquer desembargador;
- d) por concurso público e, na falta de inscritos, por designação do Presidente do Tribunal, mediante indicação do juiz em exercício;
- e) por indicação de qualquer juiz.

56 - O acesso ao juizado especial de primeiro grau de jurisdição será:

- a) independente de pagamento de taxas ou despesas;
- b) sempre mediante pagamento de taxas ou despesas;
- c) gratuito apenas em caso de assistência judiciária gratuita;
- d) gratuito ou oneroso a critério do juiz titular;
- e) gratuito ou oneroso a critério do conciliador.

57 - Os serviços do cartório e as audiências relativas aos Juizados Especiais:

- a) serão feitos sempre na sede do juizado;
- b) poderão ser feitos em bairros ou cidades circunvizinhas;
- c) serão feitos sempre em bairros ou cidades circunvizinhas;
- d) são desnecessários;
- e) são indispensáveis apenas quando onerosos.

58 - Entre as hipóteses de perda de validade da Carteira de Identidade Funcional, podem-se mencionar:

- a) o decurso de dois anos da sua emissão, a aposentadoria e a demissão;
- b) o decurso de três anos de sua emissão, a aposentadoria e a demissão;
- c) o decurso de dois anos de sua emissão, a demissão e a exoneração;
- d) o decurso de três anos de sua emissão, a demissão e a exoneração;
- e) a aposentadoria, a exoneração e a demissão.

59 - O período de férias a que tem direito o servidor é de:

- a) quinze dias;
- b) vinte dias;
- c) trinta dias;
- d) quarenta e cinco dias;
- e) sessenta dias.

60 - Ao praticar os atos de seu ofício, o servidor da Justiça em geral deverá:

- a) reproduzir nome e número de matrícula, de modo a permitir sua identificação;
- b) omitir nome e reproduzir o número de matrícula;
- c) reproduzir o nome e omitir o número de matrícula;
- d) omitir o nome e o número de matrícula, a fim de evitar sua identificação, em prol do princípio do sigilo dos atos;
- e) indicar apenas suas iniciais funcionais.

